

REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA

***CURSO DE
DIREITO FINANCEIRO***

8ª edição

CURSO DE DIREITO FINANCEIRO

© REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA

Pela Thomson Reuters/RT: 1ª edição, março/2006; 2ª tiragem: julho/2007;
2ª edição, janeiro/2008; 2ª tiragem: abril/2008; 3ª edição: março/2010;
4ª edição: 2011; 5ª edição: 2013; 6ª edição: 2014; 7ª edição: 2015.

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

01.2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48c Oliveira, Regis Fernandes de.
Curso de direito financeiro / Regis Fernandes de Oliveira. – 8. ed. –
São Paulo : Malheiros, 2019.
968 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0429-8

1. Direito financeiro - Brasil. I. Título.

CDU 34:336(81)
CDD 343.8103

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito financeiro : Brasil 34:336(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

<i>Apresentação à 8ª Edição</i>	27
1. ESTADO E DOMINAÇÃO	
1.1 <i>Dominação</i>	29
1.2 <i>O Estado</i>	30
1.3 <i>O Estado em Spinoza</i>	31
1.4 <i>A origem do Estado</i>	32
1.5 <i>Formas de dominação. A dominação simbólica</i>	33
1.6 <i>O Direito como possível instrumento de libertação</i>	35
1.7 <i>A estratégia</i>	38
1.8 <i>Estado, Direito e dominação</i>	39
1.9 <i>O “specula principum”</i>	40
1.10 <i>Os “arcana imperii”. A Lei 12.527, de 18.11.2011</i>	40
1.11 <i>A dominação na ópera</i>	43
1.12 <i>A violência instauradora e mantenedora. Dominação. Walter Benjamin e Foucault</i>	43
1.13 <i>Justiça e força em La Fontaine. Derrida, “État voyous, rogue State”</i>	46
1.13.1 <i>A fábula de La Fontaine (“Le Loup et l’Agneau”)</i>	48
1.14 <i>A importância do estudo da mente humana</i>	49
1.15 <i>As paixões</i>	51
1.15.1 <i>Considerações sobre a importância da dominação no tema analisado</i>	55
1.16 <i>Estados fortes e fracos. Exploração. A pobreza. A paixão compensadora</i>	55
1.17 <i>Poder constituinte</i>	57
1.18 <i>Constituição</i>	57
1.19 <i>Noção de Constituição</i>	58
1.20 <i>Estado (Democrático) de Direito</i>	58
1.21 <i>Interpretação do ordenamento jurídico e a garantia do administrado</i>	60
1.22 <i>Repartição das funções. Liberdades e poder tributário</i>	61
1.23 <i>A regra da subsidiariedade</i>	63
1.23.1 <i>Genealogia</i>	64
1.23.2 <i>A subsidiariedade no Direito. O Tratado da União Europeia. Pertinência interventiva e o critério da prevalência do interesse</i>	66
1.23.3 <i>A regra da subsidiariedade no Direito Brasileiro</i>	
1.23.3.1 <i>No Legislativo</i>	67
1.23.3.2 <i>No âmbito administrativo. Rawls e Amartya Sen. As políticas públicas (noção inicial)</i>	68
1.23.3.2.1 <i>As denominadas políticas públicas</i>	68
1.23.3.3 <i>No direito econômico</i>	69

1.23.3.4	No Judiciário	70
1.23.4	Os limites da ação do Estado	70
1.23.5	Quem elabora a Constituição e quem faz as leis?	72
1.23.6	Existe o princípio da subsidiariedade? Princípios, regras e valor. Relações e situações jurídicas. Barroso e Alexy	74
1.23.7	O denominado "princípio" da subsidiariedade e a competência administrativa comum	77
1.23.8	Considerações finais. A política como liberdade	78
1.23.9	Considerações finais sobre a subsidiariedade	80
1.24	Sentimentos secretos e causas aparentes. A perspicácia do conhecimento. Necessidade de leitura extrajudicial. O sagrado e a profanação	81
1.24.1	A quebra do sagrado (Direito posto). O Direito dos homens	83
2.	FEDERALISMO FISCAL E PACTO FEDERATIVO	
2.1	Origem. A Federação Norte-Americana	86
2.2	A Federação Canadense	86
2.3	Confederação	87
2.4	Estado Unitário	87
2.5	Formas de estrutura do Estado Federal	87
2.6	Tipos de Estado Federal	88
2.7	Breve história da Federação Brasileira	88
2.8	Características do Estado Federal	89
2.9	Competências	89
2.10	A Federação como cláusula pétrea	90
2.11	A Federação e o pacto federativo no Brasil	90
2.12	Hierarquia entre entes federais	90
2.13	O pacto federativo	91
2.14	O federalismo fiscal	93
2.15	A guerra fiscal	96
2.16	A inconstitucionalidade da exigência de unanimidade na aplicação federativa de benefícios fiscais	97
2.16.1	O Estado Federal. A regra de desequiparação. O princípio democrático ...	98
2.16.2	A Lei Complementar 24/1975. O convênio. Ratificação por decreto. Exigência de ato legislativo. O art. 4º	102
2.16.3	A desigualdade garantida. A unanimidade. A Lei Complementar 160/2017	104
2.16.4	Psicanálise dos representantes dos Estados	107
2.16.5	O princípio da não cumulatividade a justificar o dispositivo complementar	108
2.16.6	As sanções. O art. 8º. Inconstitucionalidade. Autotutela	109
2.16.7	Conclusões	112
2.17	A cortesia "com chapéu alheio"	112
3.	FORMAS DE ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	114
3.1	Intervenção do Estado no domínio econômico. Fundamentos e acepções	114
3.2	Ideologia e intervenção	119
3.3	Meio de dominação	119

3.4	<i>Incentivo da atividade econômica</i>	120
3.5	<i>Administração indireta. Autarquia. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Fundação. Agência. Organizações sociais e franquias</i>	120
3.6	<i>Atuação direta</i>	124
3.7	<i>Exercício do poder de polícia</i>	125
3.8	<i>Documentação jurídica</i>	126
3.9	<i>Atividades instrumentais</i>	126
3.10	<i>Serviços públicos</i>	127
3.11	Planejamento estratégico financeiro da Administração Pública	
3.11.1	<i>Introdução. Pertinência do tema ao direito financeiro</i>	133
3.11.2	<i>Fases do planejamento. O conhecimento técnico e o conhecimento popular. O mundo globalizado</i>	135
3.11.3	<i>Legalidade</i>	137
3.11.4	<i>Planejamento estratégico. O Estado e a empresa privada. A estratégia</i>	137
3.11.4.1	<i>O que significa a estratégia</i>	138
3.11.5	<i>Etapas do planejamento</i>	139
3.11.6	<i>Participação da cidadania. Massa e sociedade civil</i>	140
3.11.7	<i>As leis orçamentárias</i>	140
3.11.8	<i>O ser humano e a busca pela felicidade</i>	142
3.11.9	<i>Descentralização e desconcentração. Serviços públicos e exercício da atividade econômica</i>	143
3.11.10	<i>Planejamento na prestação de serviços e na atividade econômica. Os mitos do Estado</i>	144
3.11.11	<i>Participação da comunidade em busca de soluções. Mecanismos de controle</i>	145
3.11.12	<i>Os Estados-membros</i>	146
3.11.13	<i>Os Municípios. O Plano Diretor</i>	146
3.11.14	<i>A CEPAL. Plano de Metas</i>	147
3.11.14.1	<i>A experiência brasileira</i>	147
3.11.15	<i>O indivíduo</i>	148
3.11.16	<i>O orçamento participativo</i>	149
3.11.17	<i>O Estatuto da Cidade</i>	149
3.11.18	<i>Conclusões</i>	150
4.	AS NECESSIDADES PÚBLICAS E A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	
4.1	<i>As necessidades públicas</i>	151
4.2	<i>Interesses privados e coletivos</i>	152
4.3	<i>Conceito amplo de necessidade pública</i>	153
4.4	<i>A atividade financeira do Estado</i>	153
5.	HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA	
5.1	<i>A importância do desenvolvimento histórico para a compreensão do fenômeno financeiro</i>	155
5.2	<i>O tributo na Bíblia</i>	155
5.3	<i>Grécia antiga</i>	156

5.4	<i>O tributo no Império Romano</i>	156
5.5	<i>O Império Macedônico</i>	157
5.6	<i>O governo visigodo</i>	158
5.7	<i>Primeiro período da Idade Média</i>	158
5.8	<i>A chamada Idade Média Alta</i>	158
5.9	<i>A Magna Charta</i>	159
5.10	<i>Os mercantilistas</i>	159
5.11	<i>O liberalismo</i>	159
5.12	<i>O “Bill of Rights”</i>	160
5.13	<i>A Declaração da Virgínia</i>	160
5.14	<i>As modernas democracias</i>	160
	5.14.1 <i>O excesso tributário como fonte de guerras e revoltas</i>	161
5.15	<i>A evolução dos tributos no Brasil</i>	161
	5.15.1 <i>Período colonial</i>	161
	5.15.2 <i>Governo Geral (1548-1763)</i>	162
	5.15.3 <i>Vice-Reinado (1763-1808)</i>	163
	5.15.4 <i>A Corte no Brasil (1808-1815)</i>	163
	5.15.5 <i>O Reino Unido (1815-1822)</i>	163
	5.15.6 <i>Manifestações e revoltas na luta pela independência</i>	164
	5.15.7 <i>Independência. A Carta outorgada</i>	164
	5.15.8 <i>O Império (1822-1889)</i>	165
	5.15.9 <i>A República</i>	165
	5.15.10 <i>O Estado Novo</i>	165
	5.15.11 <i>Normalização democrática</i>	166
	5.15.12 <i>O Regime Militar</i>	166
	5.15.13 <i>Retorno à democracia e a Constituição atual. A Emenda Constitucional 42/2003</i>	167
6.	<i>CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO</i>	
6.1	<i>Ciência das finanças</i>	170
6.2	<i>Direito financeiro</i>	
	6.2.1 <i>Conceito</i>	
	6.2.1.1 <i>O que não é direito financeiro</i>	172
	6.2.1.2 <i>Visão de diversos autores</i>	172
	6.2.1.3 <i>A matéria no Brasil</i>	175
	6.2.1.4 <i>Conceito analítico de direito financeiro</i>	175
	6.2.2 <i>Autonomia</i>	176
	6.2.2.1 <i>Linguagem (linguagem e dominação)</i>	177
	6.2.2.1.1 <i>Linguagem jurídica e metalinguagem</i>	179
	6.2.2.2 <i>Identificação constitucional do direito financeiro</i>	179
	6.2.2.3 <i>Necessidades primárias e secundárias</i>	180
	6.2.2.4 <i>Regime jurídico</i>	180
	6.2.2.4.1 <i>Princípios (regras) financeiros</i>	181
	6.2.2.5 <i>Matéria pluridisciplinar</i>	181

6.2.3	<i>Fontes</i>	182
6.2.3.1	Fontes supranacionais	182
6.2.3.1.1	Tratados	182
6.2.3.1.1.1	Sanções	183
6.2.3.1.1.2	Derrogação	183
6.2.3.2	Fontes nacionais	
6.2.3.2.1	Constituição Federal	183
6.2.3.2.2	Estados-membros no Estado Federal	185
6.2.3.2.3	Lei	185
6.2.3.2.4	Regulamentos	186
6.2.3.2.5	Outras fontes	187
6.2.3.2.5.1	Costume	187
6.2.3.2.5.2	Jurisprudência	187
6.2.3.2.5.3	Doutrina	188
6.2.3.2.5.4	Princípios	188
6.2.3.2.5.5	Necessidade	188
7.	<i>NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO</i>	
7.1	<i>Normas gerais de direito financeiro</i>	189
7.2	<i>Estado Federal</i>	190
7.3	<i>Leis federais e nacionais</i>	190
7.4	<i>Princípios. Classificação</i>	191
7.4.1	<i>A regra da eficiência no direito financeiro</i>	195
7.4.2	<i>A regra da boa-fé objetiva</i>	202
7.4.3	<i>A regra da impessoalidade</i>	204
7.4.4	<i>A regra da segurança jurídica</i>	
7.4.4.1	Conceito	205
7.4.4.1.1	A segurança é um princípio? O que é princípio e como diferenciá-lo da regra?	205
7.4.4.1.1.1	Confronto de princípios e regras	206
7.4.4.2	A segurança na mitologia	206
7.4.4.3	A segurança decorrente de um pacto. Origem	206
7.4.4.3.1	A segurança decorrente da dominação	206
7.4.4.4	A evolução da dominação	207
7.4.4.4.1	Os Estados	207
7.4.4.4.2	Os pactos modernos	207
7.4.4.4.3	Positivização	207
7.4.4.4.4	Valor ou princípio?	207
7.4.4.4.4.1	O princípio da segurança e não o valor	208
7.4.4.5	Princípios decorrentes do princípio da segurança jurídica	208
7.4.4.5.1	Segurança e garantia	208
7.4.4.5.2	Segurança e liberdade	208
7.4.4.5.3	Segurança e justiça	209
7.4.4.5.4	Segurança jurídica	209

7.4.4.5.5	Vedação da surpresa	209
7.4.4.5.6	Negócios do Estado	209
7.4.4.5.7	A razão de Estado	209
7.4.4.6	Previsibilidade da ação do Estado	209
7.4.4.6.1	Previsibilidade no Executivo	209
7.4.4.6.2	Previsibilidade no Legislativo. Alteração da Constituição	210
7.4.4.6.2.1	Alterações legais	210
7.4.4.6.3	Previsibilidade no Judiciário	210
7.4.4.6.4	Controle sobre os atos do Poder Político	210
7.4.4.7	Previsibilidade no sistema econômico	211
7.4.4.8	Previsibilidade contratual	211
7.4.4.9	Previsibilidade na sociedade de risco	211
7.4.4.10	Basta a declaração de direitos?	212
8.	REGIME CONSTITUCIONAL DO DIREITO FINANCEIRO	
8.1	<i>Introdução. Autonomia</i>	213
8.2	<i>O direito financeiro no quadro da ciência jurídica</i>	218
9.	ENTRADA E RECEITA	
9.1	<i>Entrada e receita</i>	220
9.2	<i>A receita pública</i>	222
9.3	<i>Classificação das receitas</i>	223
9.4	<i>Movimentos de caixa. Depósitos judiciais</i>	225
9.4.1	<i>Depósitos judiciais</i>	228
9.5	<i>Receitas originárias</i>	229
9.6	<i>Doação. A doação de Constantino (que não houve). Fomento</i>	230
9.6.1	<i>Doação de presentes e bens a chefe de Poder e altas autoridades</i>	233
9.7	<i>Sucessão legítima e testamentária</i>	236
9.8	<i>Herança vacante</i>	236
9.9	<i>Receitas derivadas</i>	237
9.9.1	<i>Do perdimento</i>	237
9.9.2	<i>Bens abandonados</i>	238
9.9.3	<i>Multas</i>	238
9.10	<i>Receitas transferidas (repartição constitucional)</i>	239
9.11	<i>A Lei Complementar 101/2000 e a receita pública</i>	241
9.12	<i>Renúncia de receita</i>	
9.12.1	<i>Noções gerais</i>	242
9.12.2	<i>Requisitos</i>	243
9.12.3	<i>Espécies</i>	244
9.12.3.1	<i>Anistia</i>	244
9.12.3.2	<i>Isenção</i>	244
9.12.3.3	<i>Remissão</i>	245
9.12.3.4	<i>Subsídio</i>	245
9.12.3.5	<i>Crédito presumido</i>	245

9.12.3.6	Alíquota zero	245
9.12.3.7	Redução de alíquota	246
9.12.3.8	Redução da base de cálculo	246
9.12.3.9	Suspensão	246
9.12.3.10	Diferimento	246
9.12.3.11	Transação	246
9.13	<i>Teoria dos preços. Características</i>	247
10.	<i>RECEITAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS</i>	
10.1	<i>Introdução</i>	252
10.2	<i>Competência tributária. Capacidade</i>	253
10.3	<i>Tributo</i>	253
10.4	<i>Tratados e convenções (superioridade hierárquica da norma internacional incorporada)</i>	255
10.5	<i>O Código Tributário Nacional e seu conteúdo</i>	257
10.6	<i>Regras tributárias</i>	258
10.7	<i>Regras decorrentes do princípio federativo. A regra da unanimidade na concessão de estímulos fiscais</i>	260
10.8	<i>Imunidade</i>	260
10.9	<i>Aspectos da hipótese de incidência</i>	262
10.10	<i>Isenção. Incidência e não incidência. Anistia. Remissão</i>	263
10.11	<i>Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade</i>	264
10.11.1	<i>A extrafiscalidade</i>	265
10.11.2	<i>As políticas públicas</i>	266
10.11.3	<i>Os fatores extrafiscais</i>	267
10.11.4	<i>A Constituição Federal e a extrafiscalidade</i>	269
10.11.4.1	<i>Incentivos ao meio ambiente</i>	270
10.11.4.2	<i>Incentivos ou desincentivos urbanos</i>	271
10.11.4.3	<i>A política fiscal</i>	272
10.11.5	<i>Não basta arrecadar. Mudança cultural</i>	272
10.11.6	<i>Conclusão</i>	274
10.12	<i>Lançamento. Decadência e prescrição</i>	274
10.13	<i>Espécies tributárias</i>	276
10.14	<i>Imposto. Classificação</i>	276
10.15	<i>Taxas</i>	277
10.15.1	<i>Taxa de iluminação</i>	278
10.16	<i>Taxa e preço. Tarifa</i>	279
10.17	<i>Contribuição de melhoria</i>	279
10.18	<i>Empréstimo compulsório</i>	280
10.19	<i>Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i>	281
10.20	<i>O tributo no direito comparado</i>	284
10.20.1	<i>Substancial diferença com o sistema brasileiro</i>	285
10.20.2	<i>Evolução das normas no Brasil</i>	286

11. TEORIA DOS PREÇOS

11.1 Linhas iniciais sobre preço	289
11.2 Limites de seu valor	293
11.3 Relação entre taxa e preço	295
11.3.1 <i>Babel de enfoques</i>	298
11.4 Possibilidade de opção do legislador. Poder, dever, direito, obrigação	300

12. RECEITAS PÚBLICAS NÃO TRIBUTÁRIAS

12.1 O patrimônio da União	305
12.1.1 <i>Direito de propriedade</i>	309
12.1.2 <i>Patrimônio mobiliário</i>	311
12.1.3 <i>Privatização</i>	312
12.2 Uso de bem público. A chamada "Zona Azul"	314
12.3 Receitas decorrentes de obras públicas	316
12.3.1 <i>Pedágio</i>	318
12.4 O suposto contrato de transporte público	320
12.5 Serviço de fornecimento de água e esgoto	326
12.6 Anuidades escolares	328
12.6.1 <i>Escolas particulares</i>	330
12.7 Custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais	331
12.8 Prescrição aquisitiva. Extensão. Invenção	332
12.9 Receitas comerciais e industriais. Fazenda. Loteria	333
12.10 Transporte aéreo, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária	335
12.10.1 <i>Exploração de bens da União</i>	336
12.10.2 <i>O Estado concede a prestação de serviços</i>	337
12.10.3 <i>Modicidade das tarifas</i>	338
12.11 Serviços e instalações nucleares	339
12.12 O serviço postal e a taxa (selo)	339
12.13 Serviço de radiodifusão sonora, sons e imagens e demais serviços de telecomunicações	340
12.14 Serviços de telefonia e telegrafia. Energia elétrica	340
12.15 Instrumentos processuais de defesa do administrado	341
12.16 Conclusões	342

13. RECEITAS PROVENIENTES DE MINERAIS E ENERGIA ELÉTRICA

13.1 Competência	344
13.2 Patrimônio público. Bens públicos	344
13.3 Águas públicas. Energia elétrica. Partilha em sua exploração	346
13.4 Isenção de partilha	347
13.5 Partilha da produção mineral. Petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos. Contrato de concessão	347
13.6 Partilha dos recursos minerais. Base de cálculo. Decadência e prescrição dos créditos de receita patrimonial	351
13.7 Forma de pagamento. Receita bruta ou líquida. Sanções	352
13.8 Natureza jurídica da partilha de receitas. Compensação	352

13.9 Participação ou compensação?	355
13.10 Participação de órgãos da Administração direta da União	356
13.11 O problema dos Estados e Municípios	357
13.12 O pré-sal	
13.12.1 Introdução	360
13.12.2 O marco regulatório anterior e o atual	360
13.12.3 O regime de concessão	362
13.12.4 O marco regulatório atual e o novo sistema de partilha. A partilha como opção e não como obrigação. Preferência. Lei 13.365, de 29.11.2016	363
13.12.5 A ANP e o Ministério de Minas e Energia	365
13.12.6 A PETROBRAS S/A	365
13.12.6.1 Discussão sobre a inconstitucionalidade das prerrogativas da PETROBRAS	366
13.12.7 A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S/A, Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA)	367
13.12.8 O Fundo Soberano (extinto) e o Fundo Social do Brasil	368
13.12.9 Os “royalties” e bônus de assinatura	369
13.12.10 Conclusão	371
14. A CORRUPÇÃO COMO DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS (A AGRESSÃO AOS DIREITOS HUMANOS)	
14.1 Introdução. Conceito	372
14.2 Psicologia do brasileiro	373
14.3 Democracia e corrupção	374
14.4 Formas de prejuízos	374
14.5 Convenção da OCDE, a Convenção Interamericana e a Lei 10.467, de 11.6.2002	376
14.6 Comportamentos corruptos. O agente público (sujeito ativo da infração administrativa e do crime)	377
14.7 Propina. Conceito. Obrigação natural. A improbidade como corrupção	378
14.8 A corrupção no Legislativo e no Judiciário	378
14.9 A corrupção como crime	379
14.10 O desvio de recursos no Brasil	380
14.11 A corrupção como agressora dos direitos humanos	381
14.12 A corrupção como fator de desenvolvimento social	382
14.13 As multinacionais e a corrupção	384
14.14 O primeiro criminoso moral	385
14.15 Corrupção. Desenvolvimento	386
14.16 A corrupção na literatura. Shakespeare. Sófocles, Gogol e Machado de Assis	
14.16.1 O dinheiro em Shakespeare	390
14.16.2 O teatro elisabetano como empresa	391
14.16.3 Contratos	391
14.16.4 Corrupção, empresas e empresários	391
14.16.5 O cenário político shakespeariano de privilégios	392
14.16.6 Diferença entre ricos e pobres. Corrupção e as políticas públicas	392
14.17 Medidas de combate à corrupção	393
14.18 Receitas provindas de acordo de leniência	
14.18.1 Origem	394

14.18.2	<i>Legislação brasileira</i>	394
14.18.3	<i>Requisitos</i>	395
14.18.4	<i>Procedimento</i>	395
14.18.5	<i>O acordo de leniência</i>	395
14.18.6	<i>As multas. O “compliance”</i>	396
14.18.7	<i>A pena pecuniária de caráter penal e a decorrente de infração administrativa</i>	398
14.18.8	<i>A multa como receita financeira</i>	398
14.19	Conclusões sobre a corrupção	401
15.	DESPESA PÚBLICA	
15.1	Conceito de despesas públicas	403
15.2	Decisão política	404
15.3	Requisitos para a despesa. Vinculação constitucional	404
15.4	Classificação das despesas	406
15.5	Geração das despesas públicas à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal	406
15.6	Despesa obrigatória de caráter continuado	407
15.7	Despesas com pessoal	408
15.8	Do controle da despesa total com pessoal	408
15.9	Despesas com seguridade social	409
15.10	Democratização do gasto público	
15.10.1	Constitucionalismo	409
15.10.1.1	Direitos negativos e positivos	410
15.10.2	As políticas públicas	411
15.10.3	O orçamento e felicidade	
15.10.3.1	Orçamento e felicidade. Fato social. Futebol e samba	414
15.10.3.2	A bancada parlamentar, confrontos e seus gastos	415
15.10.3.3	Recursos vinculados	417
15.10.3.4	Tony Judt e ricos e pobres	418
15.10.3.5	Os direitos sociais e o gasto	419
15.10.3.6	A pobreza e o gasto público	
15.10.3.6.1	A pobreza como problema jurídico	419
15.10.3.6.2	Espécies: individual, coletiva e social	420
15.10.3.6.2.1	Pobreza individual	420
15.10.3.6.2.2	Pobreza coletiva	421
15.10.3.6.2.3	Pobreza social	421
15.10.3.6.2.4	Capacidade contributiva tributária e receptiva financeira. Políticas públicas e destinatários	422
15.10.3.6.2.5	O Fundo de Erradicação da Pobreza. A linha de pobreza	425
15.10.3.6.2.6	O diálogo necessário	425
15.10.3.6.2.7	A opinião pública (Habermas) e as paixões (Hirschman). A linguagem em Bakhtin	426
15.10.3.6.2.8	As rebeliões	427
15.10.4	O gasto constitucional, o legal e o político	427
15.10.5	Mecanismos e instrumentos de controle	431
15.10.6	O direito de exigir o cumprimento do dever constitucional	432

15.10.7	<i>Regras jurídicas tributárias das receitas e regras financeiras dos gastos</i>	434
15.10.8	<i>Ainda as regras e a justa distribuição dos recursos. A regra da proporcionalidade. O princípio da legalidade. A regra da anualidade. O princípio da isonomia. A regra da capacidade receptiva. A regra da eficiência</i>	435
15.10.9	<i>Distribuição racional de recursos</i>	440
15.10.10	<i>Crises</i>	441
15.10.11	<i>A extrafiscalidade como solução ou problema?</i>	442
15.10.12	<i>O gasto com os valores constitucionais. O meio ambiente</i>	443
15.10.13	<i>O mau uso das receitas públicas</i>	443
15.11	<i>Contingenciamento de despesas</i>	
15.11.1	<i>Localização do problema. Conceito</i>	444
15.11.2	<i>Requisitos. O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal</i>	445
15.11.3	<i>Legalidade de sua adoção frente à não realização das receitas</i>	446
15.11.4	<i>A falsa previsão de receitas</i>	447
15.11.5	<i>Momento apropriado para o procedimento</i>	447
15.11.6	<i>Contingenciamento das receitas transferidas obrigatórias</i>	447
15.11.7	<i>Cancelamento de empenhos</i>	448
15.11.8	<i>Pressuposto</i>	448
15.12	<i>Novas perspectivas sobre o gasto público. Visão filosófica e sociológica</i>	
15.12.1	<i>Introdução. O gasto formal</i>	449
15.12.2	<i>O aumento constante das despesas. Novas necessidades</i>	450
15.12.3	<i>Alteração de perspectiva. O objetivo do estudo. O cotidiano</i>	454
15.12.4	<i>A despesa como investimentos para eliminação da pobreza e a ignorância do ser humano. Amartya Sen. Observação de Comte-Sponville</i>	455
15.12.5	<i>A genealogia do gasto. A segurança</i>	457
15.12.6	<i>O pacto social e o gasto com segurança. Hobbes e Locke</i>	458
15.12.7	<i>Freud e o instinto desejan</i> te	461
15.12.8	<i>A culpa freudiana a ensinar a despesa pública</i>	461
15.12.9	<i>A busca da felicidade como fundame</i> nto para a despesa	462
15.12.10	<i>A biopolítica de Foucault</i>	463
15.12.11	<i>O ser humano instintivo. As drogas</i>	466
15.12.12	<i>A civilização como repressora dos desejos. Uma pitada de Spinoza</i>	467
15.12.13	<i>Alegria e tristeza. A existência sartreana</i>	469
15.12.14	<i>Sentimentos que envolvem situações que levam ao gasto</i>	470
15.12.15	<i>Quem define prioridades? O Estado, pessoa física ou jurídica? Quem está hipostasiado no Estado? O mito platônico de Gíges</i>	471
15.12.16	<i>Maquiavel e o gasto público</i>	473
15.12.17	<i>O caráter sacro que impulsiona a decisão</i>	474
15.12.18	<i>O espaço público como aferição da decisão. O Íon de Eurípides e opinião pública em Habermas</i>	476
15.12.19	<i>A decisão formada à luz do marxismo</i>	479
15.12.20	<i>A mentira da proibição de despesas com as religiões</i>	480
15.12.21	<i>A linguagem como protagonista da despesa. Relativização do princípio da igualdade</i>	481
15.12.22	<i>O direito financeiro e o outro. As indagações filosóficas iniciais</i>	483
15.12.23	<i>O pensamento cristão</i>	483

15.12.24	<i>O pensamento racional</i>	484
15.12.25	<i>O pensamento psicanalítico e o “eu”</i>	484
15.12.26	<i>O aparecimento do “nós”</i>	485
15.12.27	<i>Os conflitos do “nós”</i>	487
15.12.28	<i>O “outro” e a sociedade</i>	490
15.12.29	<i>O “outro” e o Direito</i>	490
15.12.30	<i>O preconceito e o outro. O homossexual</i>	491
15.12.31	<i>A despesa à luz do reconhecimento do outro. O orçamento participativo</i>	492
15.12.32	<i>Os bastidores. Mulheres (homens). Amantes. Filhos e parentes</i>	493
15.12.33	<i>A despesa pública na compra de órgãos humanos</i>	494
16. FUNDOS PÚBLICOS FINANCEIROS		
16.1	<i>Conceito. Tipos</i>	497
16.2	<i>Os fundos à luz da Lei 4.320/1964 (fundos de participação)</i>	498
16.3	<i>Fundos de participação</i>	498
16.4	<i>Fundos de destinação</i>	502
16.4.1	<i>Os fundos ambientais</i>	504
16.5	<i>Têm os fundos personalidade jurídica? Finalidade dos fundos</i>	505
16.6	<i>São os fundos dotados de personalidade judiciária?</i>	505
16.7	<i>Fiscalização</i>	507
16.8	<i>Retenção de recursos</i>	508
16.9	<i>Autopagamento mediante vinculação de recursos. Defesa judicial</i>	508
17. ORÇAMENTO: BREVE HISTÓRIA. ESPÉCIES. CONTROLE SOCIAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE		
17.1	<i>A origem do orçamento na evolução histórica. A palavra “orçamento”</i>	513
17.2	<i>Genealogia do orçamento</i>	
17.2.1	<i>Inglaterra</i>	515
17.2.2	<i>Estados Unidos da América</i>	517
17.2.3	<i>Prússia</i>	518
17.2.4	<i>França</i>	518
17.2.5	<i>União Europeia</i>	519
17.2.6	<i>O orçamento no Brasil</i>	521
17.3	<i>Aspectos do orçamento</i>	522
17.4	<i>Espécies de orçamento</i>	525
17.5	<i>Controle social do orçamento</i>	526
17.6	<i>Ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Orçamentária</i>	531
17.7	<i>Orçamento e reserva do possível</i>	533
18. O ORÇAMENTO		
18.1	<i>Conceito</i>	536
18.2	<i>Evolução do conceito de orçamento</i>	537
18.3	<i>Controvérsias sobre a natureza jurídica do orçamento</i>	541
18.4	<i>Concepção moderna de orçamento</i>	543
18.4.1	<i>Novas discussões sobre a natureza jurídica. Revendo as discussões antigas e tentando um novo posicionamento</i>	545
18.4.2	<i>O orçamento impositivo (Emenda Constitucional 86/2015)</i>	
18.4.2.1	<i>Introdução</i>	551

18.4.2.2	Limites ao exercício da discricionariedade do Poder Executivo	552
18.4.2.3	As emendas parlamentares individuais e seus limites	553
18.4.2.4	Implicações de ordem política da obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares individuais	555
18.4.2.5	A mudança na regra de despesa mínima em ações e serviços públicos de saúde	555
18.4.2.6	Conclusões	556
18.5	Noção moderna de gasto público dentro do orçamento	557
18.6	As regras administrativas e o art. 37 da CF	562
18.7	Sistema de controle externo do orçamento	564
18.8	Regras orçamentárias	567
18.8.1	Regra da universalidade	567
18.8.2	Regra da anualidade	568
18.8.3	Regra da exclusividade	568
18.8.4	Regra da unidade	568
18.8.5	Regra da não afetação	569
18.9	As leis orçamentárias	569
18.9.1	O Plano Plurianual	570
18.9.2	A Lei de Diretrizes Orçamentárias. As metas financeiras	571
18.9.2.1	As metas financeiras	576
18.9.3	O orçamento anual (fiscal, de investimento e da seguridade social)	578
18.9.4	A lei complementar financeira	580
18.10	A tramitação legislativa	580
18.10.1	Iniciativa. Pode um órgão de poder interferir em outro?	580
18.10.2	Mensagem aditiva	583
18.10.3	Comissão Mista	583
18.10.4	Emendas	584
18.11	A não devolução do projeto no prazo ou sua rejeição total ou parcial	585
18.12	Vedações orçamentárias	588
18.13	Recursos dos três Poderes	591
18.14	Despesa com pessoal	591
18.15	O orçamento e o tributo nele não previsto	591
18.16	O direito ao auxílio ou subvenção	592
18.17	Relatório	592
18.18	Norma constitucional transitória	592
18.19	Desvinculação de Receita da União-DRU. A liberdade outorgada, por lei, ao chefe do Executivo. Emenda Constitucional 93/2016	593
18.20	O orçamento participativo	594
18.20.1	Orçamento participativo, espaço público, democracia e dominação	
18.20.1.1	Espaço público	596
18.20.1.2	Só o Parlamento representa os anseios da população?	597
18.20.1.3	O que é espaço público? A esfera discursiva	597
18.20.1.4	O credenciamento social de quem fala	598
18.20.1.5	A parrésia de Foucault	600
18.20.1.6	Análise de Íon de Eurípedes e dos discursos de Péricles aos atenienses	600
18.20.1.7	A dominação	602

18.20.1.8	Como buscar o sentimento real da população nos debates no orçamento participativo	603
18.21	Problemas e divergências doutrinárias a respeito do orçamento	
18.21.1	Orçamento de competência e de caixa e os resíduos passivos	604
18.21.2	Cobrança de tributos não previstos na Lei Orçamentária Anual	604
18.21.3	Alteração da Lei Orçamentária no curso do exercício	605
18.21.4	Iniciativa popular	605
18.21.5	Orçamento base zero	606
18.21.6	Orçamento funcional. "Planning-Programming Budgeting System"/PPBS	606
18.21.7	Orçamento de resultado	606
18.21.7.1	Compatibilidade entre o atual orçamento e o de resultado	608
18.21.7.2	Plano Plurianual e análise de desempenho. Exigências para implementação	609
18.21.7.3	Há necessidade de alterar a estrutura do atual orçamento para implantar o de resultado?	610
18.21.7.4	Análise e conjecturas sobre o orçamento de programa. Flexibilidade e dispêndios	611
18.21.7.5	Sanções	612
18.21.7.6	Conclusão	613
19.	A LEI 4.320, DE 17.3.1964 (LEI GERAL DE ORÇAMENTO)	
19.1	Considerações gerais	614
19.2	Receita	614
19.3	Realização da receita	615
19.4	Despesa	615
19.4.1	Despesas sigilosas	616
19.5	Realização da despesa	619
19.6	Requisitos formais da proposta orçamentária	620
19.7	Exercício financeiro	620
19.8	Dívida ativa. Conceito. Crédito tributário e não tributário. Inscrição. Presunção de liquidez e certeza	621
19.8.1	Crédito proveniente de decisão do Tribunal de Contas	622
19.8.2	Administração indireta	622
19.8.3	Terceirização do crédito público proveniente de dívida ativa	623
19.9	Créditos. Inadmissibilidade do uso de medida provisória para edição de crédito extraordinário	627
19.10	Controle e execução orçamentária	629
19.11	Prestação de contas	630
20.	A SUBVENÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	
20.1	Subvenção. Precisão terminológica	631
20.2	As subvenções na lei. Subvenções sociais e econômicas	632
20.3	Vedação constitucional de subvenção	635
20.4	Direito à subvenção	636
20.5	Não liberada a subvenção dotada, cabe responsabilidade do Estado?	637
20.6	Há prazo para aplicação das subvenções recebidas? Destinação a fim diverso ..	637
20.7	Ética na concessão de subvenções. A CPI do Orçamento. Fiscalização	639

21. FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	
21.1 Fiscalização financeira e orçamentária	641
21.2 Tipos de controle	643
21.2.1 Controle interno	643
21.2.2 Controle externo	645
21.3 O teto para as despesas públicas (Emenda Constitucional 95/2016)	645
22. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	
22.1 Generalidades	
22.1.1 Os arts. 163 e 169 da CF	648
22.1.2 Vigência	652
22.1.3 Conflito regimental na aprovação do texto	652
22.1.4 Objetivos	652
22.1.5 Lei nacional e não federal. A Federação Brasileira e as normas gerais de direito financeiro	654
22.1.6 Terminologia	656
22.2 A Lei de Diretrizes Orçamentárias	658
22.3 A Lei Orçamentária Anual. Pode o Judiciário determinar a realização de obras ou serviços? O confronto entre os direitos básicos e a interferência do Judiciário nas políticas públicas	663
22.3.1 Prazos de encaminhamento dos Projetos de Leis Orçamentárias	666
22.3.2 Requisitos	666
22.4 Execução orçamentária e cumprimento de metas. Intervenção do FMI	668
22.5 Da receita pública	
22.5.1 Previsão e arrecadação	672
22.5.2 Renúncia de receita	675
22.6 Da despesa pública	
22.6.1 Geração da despesa	680
22.6.2 Despesa obrigatória de caráter continuado	682
22.6.3 Despesa com pessoal	683
22.6.4 Do controle da despesa total com pessoal	690
22.6.5 Despesas com seguridade social	695
22.7 Das transferências voluntárias	696
22.8 Da destinação de recursos públicos para o setor privado	697
22.9 Da dívida e do endividamento. Definições. As “pedaladas” fiscais	699
22.9.1 Dos limites da dívida pública e das operações de crédito	702
22.9.2 Da recondução da dívida aos limites	704
22.10 Das operações de crédito. A regra de ouro das finanças	
22.10.1 Da contratação. Venda de recebíveis é operação de crédito?	705
22.10.2 Das vedações a operações	708
22.10.3 Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	711
22.10.4 Operações com o Banco Central	712
22.10.5 Garantia e contragarantia	713
22.10.6 Restos a Pagar	715
22.11 Da gestão patrimonial	
22.11.1 Das disponibilidades de caixa	719
22.11.2 Da preservação do patrimônio público	720
22.11.3 Das empresas controladas pelo setor público	722

22.12	Gestão fiscal. Da transparência, controle e fiscalização	
22.12.1	Da transparência	722
22.12.2	Da escrituração e da consolidação das contas	725
22.12.3	Do relatório resumido da execução orçamentária	727
22.12.4	Do Relatório da Gestão Fiscal	728
22.12.5	Das prestações de contas	729
22.12.6	Da fiscalização da gestão fiscal. O papel dos Tribunais de Contas	730
22.13	Disposições finais e transitórias da Lei de Responsabilidade Fiscal	
22.13.1	Aplicação a Estados e Municípios	731
22.13.2	Estado de defesa e de sítio	733
22.13.3	Baixo crescimento do PIB	733
22.13.4	Fundo Geral da Previdência Social. Regimes próprios de entes federados	734
22.13.5	Sanções civis, administrativas, políticas e penais	734
23.	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	
23.1	A Lei de Licitações (Lei 8.666/1993)	739
23.2	Licitação. Procedimento	739
23.2.1	O procedimento como princípio	740
23.2.2	O chamamento	740
23.2.3	O sigilo e a moeda na licitação	740
23.3	A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos contratos administrativos ...	740
23.3.1	O orçamento e sua influência nos contratos	743
23.3.2	O contingenciamento	743
23.4	Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas licitações e contratos administrativos	
23.4.1	A fase interna do procedimento licitatório. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal no procedimento da licitação	744
23.5	Moderna visão dos contratos. Contratos modernos	748
24.	A RESPONSABILIDADE FISCAL E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	
24.1	Introdução	750
24.2	Antecedentes e dúvidas	751
24.3	Tipos	752
24.4	Restrições orçamentárias	752
24.5	Vinculação de impostos para pagamento das obrigações decorrentes da parceria. Outros tributos e as receitas não tributárias	753
24.6	Exigências em relação à União	753
24.7	Limites do endividamento	754
24.8	Receita corrente líquida	754
24.9	Contraprestação da Administração Pública	754
24.10	Limites fiscais. Responsabilidade do ordenador. Previsão de fluxo de despesas ..	754
24.11	Empenho	755
24.12	Fundo Garantidor	756
24.13	Estados e Municípios	756
24.14	O art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de parcerias público-privadas	757

25. TRIBUNAL DE CONTAS

25.1	<i>Tribunal de Contas. Histórico</i>	758
25.2	<i>Organização</i>	760
25.3	<i>Sistemas de controle. O papel da Câmara de Vereadores na apreciação das contas</i>	760
25.4	<i>O Tribunal de Contas como fiscal da biopolítica. Os órgãos internos de controle. Tolerância zero</i>	762
25.5	<i>A atenção sobre o gasto mínimo. A legitimidade e a economicidade</i>	763
25.6	<i>Função “jurisdicional” do Tribunal de Contas</i>	765
25.7	<i>Requisitos para provimento do cargo de ministro do TCU</i>	766
25.7.1	<i>Equivalência de impedimentos e vantagens com os ministros do STJ</i>	767
25.8	<i>Competência. Parecer prévio</i>	768
25.9	<i>Sigilo bancário</i>	775
25.10	<i>O Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios</i>	776

26. PRECATÓRIO

26.1	<i>Relevância do tema e previsão constitucional</i>	778
26.2	<i>Precatório: conceito, características, cabimento</i>	784
26.3	<i>Atribuições e responsabilidade do presidente do tribunal</i>	785
26.4	<i>Créditos constituídos por sentença judicial</i>	785
26.4.1	<i>Créditos alimentícios</i>	786
26.4.2	<i>Créditos não alimentícios</i>	787
26.4.3	<i>Crédito de pequeno valor. Critérios para aferição</i>	787
26.4.4	<i>Ordem dual de pagamento</i>	787
26.5	<i>Atualização monetária</i>	788
26.6	<i>Sequestro de verbas públicas</i>	789
26.7	<i>Formas indiretas de extinção do precatório</i>	790
26.7.1	<i>Compensação</i>	790
26.7.2	<i>Da compra de imóveis</i>	791
26.7.3	<i>Cessão do crédito</i>	792
26.8	<i>Demais considerações sobre o regime dos precatórios após a Emenda Constitucional 62/2009 e na vigência da Emenda Constitucional 94/2016</i>	
26.8.1	<i>Limite de vinculação orçamentária</i>	792
26.8.2	<i>Assunção de débitos pela União</i>	792
26.9	<i>Precatório: emendas impregnadas de inconstitucionalidades</i>	
26.9.1	<i>Casos precedentes: art. 33 do ADCT e art. 78 do mesmo texto, inserido pela Emenda Constitucional 30/2000, e a Emenda Constitucional 37/2002</i>	
26.9.1.1	<i>Introdução</i>	793
26.9.1.2	<i>A Emenda Constitucional 30/2000, os arts. 33 e 78 do ADCT. Hipóteses diversas. Constituinte originário e derivado</i>	795
26.9.1.3	<i>Do abuso do Poder Legislativo</i>	800
26.9.1.4	<i>A inconstitucional moratória de 2000</i>	802
26.9.1.5	<i>Da violação do direito adquirido e da coisa julgada</i>	804
26.9.1.6	<i>Análise da Emenda Constitucional 30/2000: por razões históricas</i>	807
26.9.1.7	<i>O pagamento de condenações de pequeno valor</i>	808
26.9.1.8	<i>Os precatórios alimentícios</i>	809
26.9.1.9	<i>Os precatórios não alimentares</i>	812

26.9.1.10	Da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas consequências administrativas, civis, políticas e criminais	814
26.9.1.11	Do sequestro introduzido pela Emenda Constitucional 30/2000	815
26.9.2	<i>Da intervenção federal nos Estados e destes nos Municípios</i>	819
26.9.3	<i>A Emenda Constitucional 37, de 12.6.2002</i>	821
26.10	<i>A repetição do atavismo: a inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT</i>	823
26.10.1	<i>As contas especiais</i>	825
26.10.2	<i>O pagamento dos precatórios</i>	825
26.10.3	<i>O leilão</i>	825
26.10.4	<i>Sequestro</i>	827
26.10.5	<i>Compensação com tributos devidos</i>	827
26.10.6	<i>Responsabilidade do chefe do Poder Executivo</i>	827
26.10.7	<i>Retenção de repasses constitucionais</i>	828
26.10.8	<i>Litisconsórcio de credores</i>	829
26.10.9	<i>Duração do regime especial</i>	829
26.10.10	<i>Começo e fim do regime especial</i>	830
26.10.11	<i>As Emendas Constitucionais 94/2006 e 99/2017</i>	830
27.	<i>EMPRÉSTIMO PÚBLICO</i>	
27.1	<i>Introdução</i>	833
27.2	<i>Natureza jurídica do empréstimo público</i>	833
27.2.1	<i>Ato de soberania</i>	834
27.2.1.1	<i>A tese de Drago</i>	834
27.2.2	<i>Tese contratualista</i>	835
27.3	<i>Classificação de créditos e seus instrumentos</i>	837
27.3.1	<i>Venda antecipada de título no Tesouro Direto</i>	840
27.4	<i>O empréstimo patriótico</i>	841
27.5	<i>Empréstimo compulsório</i>	841
27.6	<i>Efeitos prodrômicos e colaterais do crédito</i>	842
27.7	<i>Disciplina constitucional do crédito público. Menção a Alexandre Dumas e O Conde de Monte Cristo. Conceito. Hanna Arendt e a intervenção judia</i>	843
27.7.1	<i>Conceito</i>	844
27.7.2	<i>Normas gerais. Conceito</i>	845
27.7.2.1	<i>As disposições legais e sua aplicação a Estados e Municípios</i>	847
27.8	<i>O crédito público no ordenamento brasileiro. Crédito é receita?</i>	848
27.9	<i>A política de crédito. Justiça social</i>	849
27.9.1	<i>Responsabilidade do agente tomador da dívida</i>	851
27.9.2	<i>Situação de crise</i>	852
27.10	<i>Disciplina constitucional do crédito</i>	854
27.11	<i>Nulidade do contrato</i>	856
27.11.1	<i>Repúdio</i>	857
27.12	<i>O crédito estadual, o municipal e o do Distrito Federal e a intervenção federal e estadual</i>	857
27.13	<i>Garantias</i>	858
27.14	<i>Controle, fiscalização e prestação de contas</i>	859
27.15	<i>Extinção</i>	860
27.16	<i>Execução</i>	861

28. Dívida Pública e Operações de Crédito	
28.1 Dívidas externa e interna. O FMI	863
28.2 O endividamento. Por que a dívida?	866
28.3 Breve relato da dívida pública	867
28.3.1 Breve história da dívida pública brasileira	867
28.4 Dívida pública. O peso do Estado	871
28.4.1 O peso da dívida. A dívida intergeracional	873
28.5 Classificação da dívida	875
28.6 O “default” ou o não pagamento da dívida. Repúdio. Consequências. O estado de exceção de Agamben	877
28.6.1 O estado de exceção de Agamben	880
28.7 Empréstimo obtido sem autorização legislativa	882
28.8 Dívida pública arbitrária ou odiosa	882
28.9 Democratização da dívida	886
28.10 A denominada dívida perpétua	886
28.11 Amortização	887
28.12 Conversão	888
28.13 Compatibilidade entre a competência da lei complementar prevista no art. 163 e a do Senado Federal disposta nos incisos V a IX do art. 52, todos da CF	888
28.14 Contratos secretos. Foucault e a razão de Estado. A Lei 12.527/2011	890
28.15 O empréstimo como ato simbólico. A parábola do artesão	894
28.15.1 A parábola do artesão	896
28.16 Prestação de contas. Intervenção federal e estadual	896
28.16.1 Plano de refinanciamento de dívida de Estados e Distrito Federal e sua recuperação fiscal (breve análise das Leis Complementares 156, de 28.12.2016, e 159, de 19.5.2017)	897
28.17 O papel do Senado Federal no controle financeiro. Operação para antecipação de receita. Resoluções	899
28.17.1 Os limites da dívida pública e das operações de crédito	901
28.17.2 Redução da dívida a seus limites	902
28.17.3 Operação de crédito para antecipação de receita	902
28.17.4 Resoluções do Senado Federal	903
28.18 Fiscalização de operações financeiras e sua tributação	903
28.19 Garantias do crédito tributário. Vinculação de tributos para pagamento	904
28.20 O empréstimo público em Goethe	906
28.20.1 O tema em Fausto, de Goethe	906
28.20.1.1 Origem do mito	906
28.20.1.2 A primeira parte	906
28.20.1.3 A segunda parte	907
28.20.1.4 O papel-moeda	907
28.20.1.5 O lastro	908
28.20.1.6 Dívida pública e garantia	908
28.20.1.7 Interpretação	908
28.20.1.8 Término	909
28.20.1.9 “Posfácio” de Gustavo Franco	909
28.20.1.10 O pacto e o Estado	909
28.20.1.11 Fausto e o direito financeiro	910

28.21	<i>Perdão de dívida pública</i>	911
28.21.1	<i>A Lei 9.665/1998</i>	911
28.21.1.1	<i>Constitucionalidade da lei ou sua inutilidade</i>	911
28.22	<i>Execução do contrato</i>	914
28.23	<i>Extinção da dívida pública</i>	914
28.24	<i>Princípios (regras) gerais de Direito incidentes sobre os débitos externos</i>	915
28.25	<i>Requisitos e limites da operação externa de natureza financeira. Análise das resoluções do Senado Federal</i>	916
28.26	<i>Operações de crédito interno</i>	920
28.27	<i>Dos limites globais para o montante da dívida pública</i>	920
28.28	<i>Autorizações para operações externas</i>	921
28.29	<i>Diretrizes gerais para consolidação e reescalonamento das dívidas dos entes federativos e dos entes estatais</i>	922
28.30	<i>Limites para prestação de garantias da União para operações de crédito externo e interno. O problema nos Estados e Municípios</i>	923
28.31	<i>Limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária de Estados, Distrito Federal e Municípios</i>	923
28.32	<i>Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária</i>	924
28.33	<i>Lei complementar</i>	924
28.34	<i>Eficácia dos títulos públicos como garantia de débitos. Títulos emitidos há longo tempo e sua validade. Possibilidade de penhora de seu valor</i>	925
29.	<i>A LEI 13.655/2018 (ACRESCENTA OS ARTS. 29 A 30 À LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO) E OS CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO (NO ÂMBITO DO DIREITO FINANCEIRO)</i>	
29.1	<i>Introdução</i>	928
29.2	<i>A realidade como critério</i>	928
29.3	<i>A motivação</i>	929
29.4	<i>Indicação dos efeitos produzidos pelo ato invalidado</i>	930
29.5	<i>Proporcionalidade dos danos</i>	930
29.6	<i>Interpretação sobre gestão pública</i>	930
29.7	<i>Consideração sobre a realidade</i>	931
29.8	<i>Sanções</i>	931
29.9	<i>Consequências de nova interpretação</i>	932
29.9.1	<i>Modulação dos efeitos</i>	933
29.10	<i>Preservação de situações consolidadas</i>	933
29.11	<i>Orientações gerais</i>	934
29.12	<i>Convalidação</i>	934
29.13	<i>Consultas públicas</i>	935
29.14	<i>Responsabilidade do agente</i>	935
29.15	<i>Normas gerais. Regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas</i>	937
29.16	<i>As consequências para o direito financeiro</i>	938
29.17	<i>O juiz e as normas sobre hermenêutica</i>	939
	<i>Bibliografia</i>	941
	<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	959